

## Empreendedorismo e Violência Contra a Mulher: uma revisão de literatura<sup>1</sup>

*Women's Entrepreneurship and Violence Against  
Women: A Literature Review*

*Emprendimiento y la violencia contra las mujeres:  
una revisión de la literatura*

Yasmin Iara Ferreira Veloso<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Uberlândia

Lucas Silva Barreto<sup>3</sup>  
Universidade Federal de Uberlândia

Vérica Freitas<sup>4</sup>  
Universidade Federal de Uberlândia

Submissão: 30/01/2026

Aceite: 30/03/2026

### Resumo

Este estudo objetivou propor uma agenda de pesquisa para ampliação da discussão dos impactos do empreendedorismo feminino na redução de violência contra a mulher, que contribua para o desenvolvimento de propostas de políticas públicas que promovam a autonomia financeira das mulheres. É reconhecido que tal autonomia é um direito fundamental, conforme preceitos da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW). Para isso, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, combinando análise bibliométrica da produção científica sobre o tema. A bibliometria indica que a produção científica sobre o tema está em expansão, mas ainda é reduzida e pouco consolidada, especialmente no Brasil e no contexto latino-americano. Os resultados da discussão indicam que o empreendedorismo feminino contribui para a autonomia financeira, mas não garante, por si só, a redução da violência. Intervenções isoladas têm resultados limitados, enquanto abordagens integradas mostram maior eficácia. A violência também limita a trajetória empreendedora, comprometendo a efetividade de políticas de promoção do empreendedorismo. Este estudo organiza um campo fragmentado, identifica lacunas e propõe uma agenda de

pesquisa que articula empreendedorismo feminino, autonomia financeira e enfrentamento da violência, oferecendo subsídios para políticas públicas mais eficazes.

### Palavras-chave

Empreendedorismo - Autonomia financeira - Violência contra a mulher - Revisão sistemática da literatura.

### Abstract

This study aims to propose a research agenda to broaden the discussion on the impacts of female entrepreneurship on the reduction of violence against women, contributing to the development of public policy proposals that promote women's financial autonomy. It is recognized that such autonomy is a fundamental right, according to the precepts of the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (CEDAW). To this end, a systematic literature review was conducted, combining bibliometric analysis of academic literature on the topic. The bibliometric findings indicate that the academic literature in this field is expanding but remains limited and weakly consolidated, particularly in Brazil and in the Latin American context. The results of the discussion suggest that female entrepreneurship contributes to financial autonomy; however, it does not, by itself, ensure the reduction of violence. Isolated interventions tend to yield limited results, whereas integrated approaches demonstrate greater effectiveness. Violence also constrains entrepreneurial trajectories, undermining the effectiveness of policies aimed at promoting entrepreneurship. This study organizes a fragmented field, identifies research gaps, and proposes a research agenda that articulates women's Entrepreneurship, financial autonomy, and the prevention of violence, offering inputs for more effective public policies.

### Keywords:

Women's Entrepreneurship - Financial autonomy - Violence against women - Systematic literature review.

### Resumen

Este estudio tuvo como objetivo proponer una agenda de investigación para ampliar el debate sobre los impactos del emprendimiento femenino en la reducción de la violencia contra las mujeres, contribuyendo así al desarrollo de propuestas de políticas públicas que promuevan la autonomía financiera de las mujeres. Se reconoce que dicha autonomía es un derecho fundamental, de acuerdo con los preceptos de la Convención sobre la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación contra la Mujer (CEDAW). De esa manera, se realizó una revisión sistemática de la literatura, combinando el análisis bibliométrico de la producción científica sobre el tema. La bibliometría indica que la producción científica sobre el tema está en expansión, pero aún es limitada y poco consolidada, especialmente en Brasil y en el contexto latinoamericano. Los resultados de la discusión indican que el emprendimiento femenino contribuye a la autonomía financiera, pero no garantiza, por sí solo, una reducción de la violencia. Las intervenciones aisladas tienen resultados limitados, mientras que los enfoques integrados muestran una mayor eficacia. La violencia también limita las trayectorias empresariales, comprometiendo la eficacia de las políticas de promoción del emprendimiento. Este estudio organiza un campo fragmentado, identifica brechas y propone una agenda de investigación que articula el emprendimiento femenino, la

autonomía financiera y el abordaje de la violencia, ofreciendo subsidios para políticas públicas más eficaces.

#### **Palabras clave:**

Emprendimiento Femenino- Autonomía financiera- Violencia contra una mujer - Revisión sistemática de la literatura.

#### **Sumário**

Introdução; Método de Pesquisa; Análise Bibliométrica; Análise Qualitativa; Impactos da Violência contra a mulher no empreendedorismo; Resultados do empreendedorismo na violência contra a mulher; Produção científica na América Latina; Empoderamento, Autonomia Financeira e Interseccionalidade; Agenda de pesquisa e proposta de políticas públicas; Conclusões.

#### **Introdução**

Por ser um fenômeno complexo que impacta o crescimento econômico e a criação de empregos, o conceito de empreendedorismo é estudado por diferentes áreas do conhecimento, não havendo uma definição absoluta. Enquanto alguns pesquisadores focam na capacidade de a pessoa inovar e assumir riscos, outros analisam o empreendedorismo como o ato de criar organizações ou coordenar recursos de forma eficiente dentro da sociedade. Essa natureza multidimensional demonstra que o tema não se limita à abertura de empresas e geração de lucro, abrangendo um comportamento ativo de transformação e descoberta que é essencial para o desenvolvimento social e econômico contemporâneo (Ripsas, 1998). Uma definição amplamente aceita compreende o empreendedorismo como o processo de identificar oportunidades e transformá-las em valor por meio do uso inovador e criativo de recursos existentes, novos ou recombinaos, considerando tanto o indivíduo quanto o contexto em que está inserido, bem como os efeitos gerados para a sociedade (Ratten, 2023).

Estudos indicam que o avanço do empreendedorismo realizado por mulheres é essencial para o desenvolvimento nacional, principalmente em países em desenvolvimento, na medida em que favorece o crescimento econômico sustentável e fortalece a competitividade desses países no cenário global. Desse modo, políticas e iniciativas voltadas à ampliação da participação das mulheres no empreendedorismo tendem a acelerar a dinâmica empreendedora na economia (Derera et al., 2020). Diversos autores têm estudado as motivações para o empreendedorismo realizados por mulheres, elas se dividem principalmente por fatores de pressão (*push factors*) que levam

ao empreendedorismo por necessidade e fatores de atração (*pull factors*) que levam ao empreendedorismo por oportunidade (Shava, Chinyamurindi, 2022; Derera et al., 2020).

Os estudos da área têm apontado que as principais motivações para o empreendedorismo por necessidade estão associadas às responsabilidades familiares, à falta de alternativas de emprego e à necessidade econômica, especialmente em contextos marcados por pobreza, baixa escolaridade e restrito acesso ao mercado formal de trabalho; enquanto para o empreendedorismo por oportunidade predominam motivações relacionadas à busca por independência econômica, realização pessoal, flexibilidade, apoio familiar e comunitário, suporte governamental e superação de desafios sociais e institucionais (Oliveira, et al. 2025).

Em ambientes marcados por desigualdades sociais e violência de gênero, o empreendedorismo por mulheres tem sido apresentado tanto como uma alternativa de geração de renda, quanto como uma estratégia de autonomia financeira, reconstrução da cidadania e fortalecimento da autoestima das mulheres. Para aquelas em situação de vulnerabilidade, especialmente vítimas de violência doméstica e familiar, o acesso a oportunidades empreendedoras pode representar a possibilidade de romper ciclos de dependência econômica e exclusão social. No entanto, essas trajetórias são atravessadas por múltiplas barreiras estruturais, como baixa escolaridade, responsabilidades familiares, limitações de tempo, mobilidade e acesso a recursos, o que evidencia que o empreendedorismo, embora potencialmente transformador, não opera de forma automática ou homogênea para todas as mulheres (Santos et al. 2024).

A desigualdade entre homens e mulheres no acesso a oportunidades econômicas e no mercado de trabalho permanece como um desafio estrutural em diferentes países, inclusive no Brasil. Nesse contexto, a Agenda 2030 das Nações Unidas estabelece, por meio do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5), a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, reconhecendo que a eliminação das desigualdades é condição fundamental para o desenvolvimento sustentável. O ODS 5 enfatiza a necessidade de assegurar participação plena e efetiva das mulheres na vida econômica, assim como igualdade de oportunidades de liderança, acesso a recursos produtivos e autonomia financeira, evidenciando que as disparidades de gênero no trabalho e na renda limitam além do desenvolvimento individual, o progresso social e econômico de forma mais ampla (ONU

Brasil, 2025). Essa busca pela igualdade está alinhada ao Direito Internacional, especialmente aos preceitos da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), em que a emancipação e dignidade da pessoa humana são reconhecidas em seu preâmbulo.

Em harmonia com esses marcos internacionais, a violência contra a mulher assume múltiplas formas (moral, física, sexual, psicológica e patrimonial), conforme definido pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), sendo a violência patrimonial caracterizada, entre outros aspectos, pela retenção, subtração ou destruição de bens, instrumentos de trabalho e recursos econômicos da mulher (Brasil, 2006). Nesse cenário, o empreendedorismo surge como uma estratégia potencial de empoderamento e autonomia financeira, capaz de contribuir para o rompimento de ciclos de dependência e violência. Além disso, do ponto de vista do direito e da criminologia, o fortalecimento econômico pode ser considerado um potencial mecanismo de prevenção à revitimização, uma vez que a vulnerabilidade financeira é, frequentemente, o que mantém a mulher no contexto de agressão (Pasinato, 2015).

A despeito disso, estudos de revisão indicam que seus efeitos não são homogêneos, pois, embora o empoderamento econômico esteja, em média, associado à redução da violência por parceiro íntimo, também podem emergir efeitos adversos, como o aumento de comportamentos controladores e a apropriação de recursos por parte dos agressores (Del Campo; Steinert, 2022). Esse contexto evidencia a importância de novos estudos e pesquisas sobre o empreendedorismo feminino em contextos de violência doméstica, indicando que, se por um lado ele representa uma ferramenta promissora de emancipação, por outro exige políticas públicas integradas e estratégias de enfrentamento das desigualdades e da violência, de modo que seu potencial positivo não seja neutralizado por dinâmicas de opressão já existentes.

A escolha do empreendedorismo como objeto central deste artigo está fundamentada na compreensão de que, para mulheres em situação de violência, a atividade autônoma funciona como uma estratégia motivada, majoritariamente, por necessidade, ao contrário dos homens. Somado a isso, dados recentes (Ministério do empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, 2024) evidenciam as barreiras estruturais desse campo: mulheres à frente de negócios

auferem rendimentos 20% inferiores aos masculinos e dispõem de 17% menos tempo para a gestão direta devido à sobrecarga de tarefas domésticas e de cuidado.

Diante disso, este trabalho parte da compreensão de que o empreendedorismo possui potencial positivo para promover a autonomia financeira e a realização profissional e pessoal das mulheres, além de contribuir para a economia, pode ser qualificado como um mecanismo de suporte para que as mulheres saiam de contextos de violência. Porém, o relacionamento entre esses temas carece de aprofundamentos, assim, este estudo objetiva propor uma agenda de pesquisa futura para ampliação da discussão dos impactos do empreendedorismo feminino na redução de violência contra a mulher, que contribua para o desenvolvimento de propostas de políticas públicas que promovam a autonomia financeira das mulheres. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma revisão sistemática de literatura, com uma etapa quantitativa de análise da produção com o uso da ferramenta Bibliometrix, seguida de uma discussão dos artigos encontrados.

## Método de Pesquisa

Para alcançar o objetivo delineado foi realizada uma revisão sistemática da literatura. Essa modalidade de pesquisa é reconhecida pela capacidade de avaliar criticamente o material publicado e mapear o estado da arte em áreas específicas do conhecimento (Paul et al., 2021). Este estudo adotou uma abordagem mista, combinando uma etapa quantitativa, realizada com o auxílio da interface RStudio e do pacote Bibliometrix (utilizados para identificar padrões da produção, autores relevantes e conexões teóricas) e uma análise qualitativa aprofundada dos artigos mais alinhados à questão de pesquisa.

O processo de revisão foi iniciado com a fase de identificação da produção científica sobre o tema. As bases consultadas foram Spell, Web of Science e Scopus. A Web of Science e a Scopus foram selecionadas por sua ampla cobertura multidisciplinar e por indexarem periódicos de alto impacto em áreas relacionadas a este estudo, garantindo alcance internacional e rigor científico. A base Spell foi incluída por sua relevância e por ampliar a recuperação de estudos produzidos no contexto latino-americano. Para a realização das buscas, foram definidos descritores específicos que permitissem localizar estudos que abordassem simultaneamente os dois eixos da

pesquisa. Nas bases Web of Science e Scopus, as buscas foram realizadas exclusivamente em inglês, na base Spell, as buscas foram realizadas em português, com o uso de descritores equivalentes, a fim de contemplar a produção científica nacional.

Os descritores utilizados foram: “*female entrepreneurship*” (empreendedorismo feminino), “*women entrepreneurship*” (empreendedorismo de mulheres), “*women-led enterprises*” (empresas lideradas por mulheres), “*women-owned businesses*” (negócios de propriedade de mulheres), “*women business owners*” (mulheres proprietárias de negócios), “*gender entrepreneurship*” (empreendedorismo e gênero), “*women entrepreneurs*” (mulheres empreendedoras), “*women-led startups*” (startups lideradas por mulheres), “*women-owned SMEs*” (pequenas e médias empresas de propriedade de mulheres) e “*gender and entrepreneurship*” (gênero e empreendedorismo). Esses termos foram combinados a descritores relacionados à violência contra a mulher: “*domestic violence*” (violência doméstica), “*intimate partner violence*” (violência por parceiro íntimo), “*violence against women*” (violência contra a mulher), “*gender-based violence*” (violência baseada em gênero), “*family violence*” (violência familiar), “*spousal violence*” (violência conjugal), “*partner violence*” (violência por parceiro), “*gendered violence*” (violência de gênero) e “*marital violence*” (violência marital).

As buscas resultaram em um artigo na Spell, 52 artigos na Web of Science e 31 artigos na Scopus. Foram aplicados filtros para limitar os resultados a artigos publicados entre 2006 e 2025, com acesso aberto, pertencentes às áreas de Sociologia, Negócios ou Economia. Além disso, foram selecionados apenas artigos com acesso liberado. Todos os resultados da Web of Science e Scopus foram posteriormente importados para o Bibliometrix, etapa que permitiu a identificação e exclusão de 17 publicações duplicadas. Ao final desse processo, foi formado um corpus de 66 artigos para a realização da análise bibliométrica e a seleção dos textos mais relevantes para a etapa qualitativa da revisão. O artigo da base Spell foi analisado separadamente, pois a base de dados não permitia sincronização com o programa R.

## Análise Bibliométrica

Os 66 artigos analisados foram publicados em 61 fontes distintas, ou seja, em diferentes periódicos, envolvendo 178 autores e apresentando uma taxa média de crescimento anual de 12,74%. Esses resultados indicam que a produção científica sobre

a temática se encontra em expansão, estando concentradas nos eixos Estados Unidos da América e Reino Unido. No entanto, o número relativamente reduzido de artigos evidencia que é um campo ainda pouco explorado na literatura.

A análise da produção científica por países permite compreender a distribuição geográfica e o grau de internacionalização das pesquisas sobre o tema. Para essa análise, foram considerados apenas os países com duas ou mais publicações, que, em conjunto, representam aproximadamente 60% do total de artigos incluídos na amostra, conforme apresentado na Tabela 1. Os resultados são organizados segundo os indicadores SCP (*Single Country Publications*) e MCP (*Multiple Country Publications*) considerando a filiação institucional do autor correspondente. O SCP considera publicações em que o autor correspondente e todos os coautores estão filiados às instituições de um mesmo país, indicando uma produção científica predominantemente doméstica. Já o MCP corresponde a publicações com coautores filiados às instituições de diferentes países, refletindo colaboração científica internacional e maior inserção em redes globais de pesquisa. Esses indicadores permitem avaliar se a produção dos países ocorre de forma mais local ou por meio de cooperação internacional.

Tabela 10 - Países de Filiação dos autores

País	Artigos	Representatividade	SCP	MCP
Estados Unidos	9	13,6%	6	3
Reino Unido	8	12,1%	4	4
Austrália	4	6,1%	3	1
Países Baixos	4	6,1%	2	2
Peru	4	6,1%	4	0
Brasil	3	4,5%	2	1
Itália	3	4,5%	2	1
Espanha	3	4,5%	3	0
Alemanha	2	3,0%	0	2

Nota: SCP = Single Country Publications; MCP = Multiple Country Publications. Representatividade = quanto a quantidade de artigos de cada país representa do total de artigos da base.

Fonte: dados da pesquisa.

O Brasil é o sexto país em número de autores que publicaram sobre o tema, mas com apenas três publicações, ficando atrás do Peru, país latino-americano de menores dimensões territorial e econômica. O destaque do Peru pode ser resultado de produções que analisam ou mencionam a Lei nº 30.364/2015, uma norma peruana para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra as mulheres e integrantes do grupo familiar. Ocorre que, diferentemente da lei Maria da Penha que possui um foco na violência

contra a mulher, a norma peruana adota um espectro mais amplo ao incluir todos os integrantes do grupo familiar em situação de vulnerabilidade. Consequentemente, a literatura daquele país apresenta uma maior volumetria de trabalhos que relacionam, direta ou indiretamente, a dinâmica familiar (Peru, 2015).

Os Estados Unidos da América é o país com mais publicações, com nove artigos. Esse destaque pode ser justificado pelo *Violence Against Women Act* (VAWA) de 1994, que já naquele ano consolidou a segurança econômica como uma estratégia de justiça criminal, autorizando, inclusive, o uso de recursos federais para garantir que as vítimas de violência não sejam demitidas ou prejudicadas em seus negócios (Estados Unidos, 1994). A temática é pouco explorada de maneira geral, mas no Brasil essa lacuna é especialmente importante, considerando a sua dimensão territorial e particularidades regionais.

A análise dos trabalhos mais citados permite identificar quais estudos exercem maior influência na construção teórica e empírica do campo investigado até o momento, considerando os artigos da base. A Tabela 2 apresenta os cinco documentos com maior número de citações entre os artigos analisados.

*Tabela 11 - Artigos mais citados da amostra*

<b>Artigo</b>	<b>Total de Citações</b>
Joachim (2003)	312
Green et al. (2015)	96
Bulte e Lensink (2015)	70
Huis et al. (2019)	42
Cui (2013)	35

Fonte: dados da pesquisa

Joachim (2003), o artigo mais citado da amostra, analisa como organizações lideradas por mulheres conseguem influenciar a agenda internacional, incluindo temas como violência. A autora demonstra como essas organizações influenciam processos decisórios em arenas multilaterais, especialmente na ONU, por meio de estratégias de enquadramento discursivo, mobilização de recursos e aproveitamento de janelas de oportunidade política. Embora não trate diretamente do empreendedorismo econômico, o estudo é central para o campo ao evidenciar a capacidade de ação estratégica das mulheres em contextos institucionais complexos e ao reforçar a dimensão política e relacional do empoderamento feminino.

Cui et al. (2013), por sua vez, aparecem na amostra por abordarem iniciativas de geração de renda como parte de intervenções mais amplas voltadas à redução de vulnerabilidades sociais, incluindo violência e riscos à saúde. A relevância do estudo está menos na discussão direta sobre violência contra a mulher e mais na indicação de que estratégias baseadas em microempreendimentos costumam ser associadas a outros eixos de intervenção, o que reforça a compreensão do empoderamento econômico como um componente integrado, e não isolado, de políticas sociais.

Os estudos de Green et al. (2015), Bulte e Lensink (2015) e Huis et al. (2019, 2020) trazem contribuições centrais para a temática ao analisarem, de forma empírica, a relação entre empoderamento econômico, normas de gênero e violência contra a mulher em países de baixa e média renda. Seus resultados apontam que avanços econômicos não produzem efeitos lineares ou homogêneos sobre a redução da violência e que, em determinados contextos, podem desencadear reações adversas, como o aumento de comportamentos controladores. Esses trabalhos serão discutidos mais profundamente na próxima seção.

Dessa forma, a análise dos documentos mais citados globalmente revela que a literatura mobilizada pelos artigos da amostra converge para uma compreensão não linear do empoderamento feminino, destacando seus limites e ambiguidades quando analisado de forma isolada. A recorrência desses estudos indica a consolidação de um campo que articula empoderamento econômico, normas de gênero e violência como dimensões interdependentes.

## Análise Qualitativa

Nesta etapa, os 66 artigos selecionados para a base analisada foram examinados quanto à aderência ao estudo, por meio da leitura de títulos e resumos e organizados por temática. Diferenciam-se os trabalhos diretamente alinhados ao objetivo da pesquisa, os estudos relevantes por tratarem de dimensões correlatas e os artigos excluídos na etapa de purificação da amostra. Apesar da utilização combinada de descritores relacionados ao empreendedorismo feminino e à violência contra a mulher nas bases de dados consultadas, 47 artigos não avançaram para a etapa de análise. Ainda assim, esses trabalhos apontam temáticas relevantes que tangenciam o tema investigado.

Dentre esses trabalhos que tangenciam o tema, foram apontadas pesquisas relevantes que discutem o empreendedorismo feminino e os vieses de gênero, ainda que sem associação direta à violência. Entre elas, o estudo investigativo sobre mulheres *freelancers* na plataforma Upwork (Stringhi, 2022), a análise das tendências da literatura científica feminista na América Latina (Valencia et al., 2025), o estudo econômico global sobre desigualdades entre homens e mulheres em 190 países (Israeli, 2024) e a pesquisa baseada em 27 países da União Europeia sobre a influência da qualidade das instituições no empreendedorismo feminino (Gawel; Toikko, 2024). Também foram considerados estudos que investigam mulheres e negócios em países como Palestina e outras regiões do Oriente Médio afetadas por conflito armado (Omran; Yousafzai, 2024; Ginting-carlstrom; Chliova, 2023), além de pesquisas no Vale do Swat, Paquistão (Khan, 2023).

Esses estudos aparecem na revisão também por tratarem de violência em contextos de guerra, sendo relevantes para compreender como as mulheres são particularmente mais afetadas em cenários de conflito armado. No entanto, por opção de recorte teórico, a análise central deste trabalho está concentrada na violência contra a mulher em razão de seu gênero, mas com centralidade na violência no contexto doméstico, familiar ou na existência de uma relação íntima de afeto, conforme Art. 5 da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) e nos protocolos de recomendação, especialmente a de número 35 do Comitê CEDAW, que identifica a relação íntima de afeto como o espaço de maior prevalência da violência patrimonial (Nações Unidas, 2017).

## **Impactos da Violência contra a mulher no empreendedorismo**

Um conjunto relevante de estudos identificados na revisão sistemática analisa a relação entre violência de gênero e empreendedorismo a partir de uma perspectiva inversa ao objetivo central deste artigo. Esses trabalhos não investigam o empreendedorismo como estratégia de enfrentamento ou redução da violência contra a mulher, mas examinam como diferentes formas de violência afetam negativamente a autonomia econômica, a capacidade de gestão e a inserção produtiva de mulheres empreendedoras.

De modo geral, esses estudos convergem ao demonstrar que a violência (psicológica, física, econômica ou epistêmica) atua como um fator limitante estrutural à

trajetória empreendedora feminina. Mamani-Benito et al. (2023), ao analisarem empreendedoras peruanas, identificaram que baixos níveis de autoestima e elevada dependência emocional predizem maior exposição à violência psicológica, a qual compromete a participação plena das mulheres no trabalho e no autoemprego, mesmo quando há algum grau de autonomia econômica. Resultados semelhantes são observados por Ponce-Gomez et al. (2022), que mostram que mulheres proprietárias de micro e pequenas empresas exportadoras que sofrem violência por parceiro íntimo apresentam maiores dificuldades no desenvolvimento de capacidades de exportação, prejudicando relações comerciais e a competitividade de seus empreendimentos.

Huis et al. (2020) reforçam essa interpretação ao demonstrar que a violência por parceiro íntimo reduz o poder de decisão das mulheres sobre investimentos produtivos, mesmo em contextos de acesso ao microcrédito, indicando que a autonomia financeira não elimina automaticamente relações de dominação no âmbito doméstico e pode, em alguns casos, desencadear reações de controle por parte dos parceiros, limitando os efeitos positivos do empreendedorismo. De forma complementar, Omran e Yousafzai (2024) analisam o *gaslighting* como uma manifestação de violência psicológica e injustiça epistêmica, mostrando como o silenciamento, a autodúvida e a exaustão emocional corroem a agência empreendedora de mulheres palestinas, obrigando-as a adotar estratégias de sobrevivência que priorizam a continuidade mínima da atividade econômica e não sua expansão.

Os estudos de Huis et al. (2020) e Omran e Yousafzai (2024) podem ser relacionados com Hunnicutt (2009), para quem a violência contra a mulher deve ser ancorada nas condições sociais de poder e dominância e não meramente em atributos individuais. Essa visão permite compreender a violência patrimonial como uma ferramenta de manutenção do patriarcado, que reage à ascensão econômica da mulher para preservar uma suposta hierarquia de gênero.

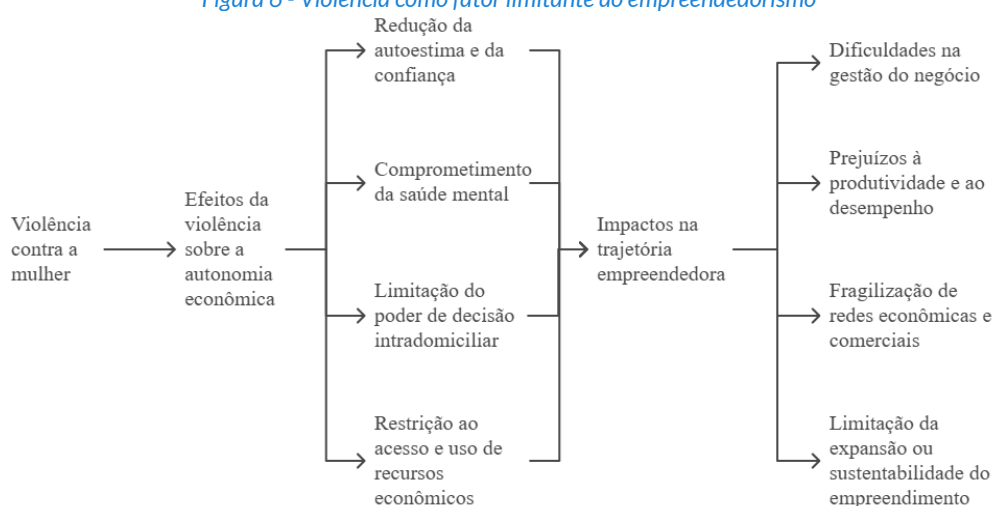
O estudo de Duquesnoy (2019) acrescenta uma dimensão sociocultural importante ao evidenciar que, em contextos indígenas, a superação de experiências de violência de gênero pode impulsionar a participação das mulheres na vida comunitária e em atividades microempreendedoras. Ainda assim, o empreendedorismo emerge como consequência de um processo mais amplo de emancipação e não como um instrumento

deliberado de saída da violência, reforçando a compreensão de que a violência constitui um obstáculo prévio à inserção econômica feminina.

Em conjunto, esses estudos contribuem para o campo ao apontar que a violência contra a mulher compromete elementos centrais da atividade empreendedora, como saúde mental, confiança nas próprias capacidades, poder de decisão e construção de redes econômicas, conforme ilustrado na Figura 1.

Esses achados, sintetizados na Figura 1, dialogam com a definição ampliada de violência prevista na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que inclui, além das formas física e psicológica, a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que cause danos econômicos ou envolva o controle de recursos e instrumentos de trabalho da mulher, o que sob a ótica da recomendação geral nº 35 (Nações Unidas, 2017), constitui uma violação direta ao direito fundamental ao desenvolvimento. Embora os estudos não tratem o empreendedorismo como um mecanismo de redução da violência, seus resultados reforçam a necessidade de compreender a violência como um condicionante estrutural que limita a efetividade de políticas de promoção do empreendedorismo feminino, indicando que a autonomia econômica, de forma isolada, é insuficiente para garantir trajetórias empreendedoras sustentáveis em contextos marcados por desigualdades de gênero.

*Figura 6 - Violência como fator limitante ao empreendedorismo*



Fonte: Elaborado pelos autores.

Mais ainda, é fundamental reconhecer que o empreendedorismo não deve ser a única via de emancipação possível à mulher, sob o risco de converter a sobrevivência em uma responsabilidade puramente individual. Isso porque, para muitas mulheres, a busca

por alternativas no mercado de trabalho formal ou coletivo é a única estratégia de saída de situações de violência, cabendo ao Estado prover condições de trabalho digno em diversas frentes, conforme preconizado por Sardenberg (2008). Essa necessidade de proteção múltipla está alinhada ao Artigo 10 da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2019) que reconhece os efeitos negativos da violência doméstica no mercado de trabalho assalariado.

## Resultados do empreendedorismo na violência contra a mulher

A análise dos artigos selecionados para a discussão principal aponta que os efeitos do empreendedorismo feminino sobre a violência contra a mulher variam de acordo com o contexto em que ocorreram e com o desenho dessas intervenções. Os estudos que identificam efeitos adversos do empoderamento econômico, como Bulte e Lensink (2019) e Green et al. (2015), contribuem para compreender riscos potenciais também presentes no contexto brasileiro. Em ambos os casos, o aumento da renda feminina esteve associado a reações masculinas de controle ou violência, interpretadas pelos autores como manifestações de *male backlash* (que pode ser traduzido como reação masculina, contra-ataque masculino ou efeito rebote masculino). Esses resultados são explicados pela persistência de normas de gênero que associam o papel de provedor ao homem e pela tentativa de reapropriação dos recursos gerados pelas mulheres, caracterizando formas de violência econômica ou patrimonial. Mostrando que políticas de incentivo ao empreendedorismo realizado por mulheres, quando implementadas de forma isolada, podem não ser suficientes para reduzir a violência e, em alguns casos, podem deslocá-la para formas menos visíveis, como o controle financeiro e a apropriação de rendimentos.

Por outro lado, os estudos que apontam redução da violência, como o de Huis et al. (2019), mostram que intervenções de maior duração, estruturadas na forma de cursos de empreendedorismo voltados às mulheres, que incorporam explicitamente conteúdos de conscientização de gênero, estão associadas à redução de agressões físicas e verbais e da opressão relacional. No caso analisado, essa conscientização envolveu o trabalho sistemático sobre crenças de gênero, papéis sociais, autoconfiança e direitos das mulheres, integrados à capacitação empreendedora desde os módulos iniciais do curso. Esse êxito pedagógico reflete a importância da alfabetização jurídica das mulheres,

porque, ao compreenderem que a autonomia econômica é um direito protegido pela legislação, elas passam a identificar o controle financeiro como uma violação de direitos, o que fortalece a eficácia da lei.

Outro elemento que emerge como fator de fortalecimento das iniciativas de autonomia financeira é a presença de redes de apoio e reconhecimento social. Os achados de Ciruela-Lorenzo et al. (2020) indicam que a autonomia financeira tende a reduzir a tolerância das mulheres a relações abusivas e a alterar a dinâmica doméstica quando articulada a redes de apoio compostas por vínculos familiares, associações de mulheres, organizações da sociedade civil e outros empreendedores. No estudo, essas redes combinam apoios informais, como suporte emocional e financeiro de familiares e amigos, com estruturas formais, como associações, fundações e programas de capacitação que oferecem treinamento técnico, acesso a microcrédito e inserção em mercados. Embora o estudo esteja inserido em um contexto de conflito armado, os mecanismos identificados, especialmente a ruptura da dependência econômica, associada ao fortalecimento do capital social e comunitário, contribuem para a realidade brasileira. Essa perspectiva de redes multifacetadas está em estreita consonância com o art. 8º da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), que estabelece a integração operacional do poder judiciário e do Ministério Público com os serviços de assistência social e segurança.

Os estudos analisados indicam que o empreendedorismo feminino não se limita à geração de renda ou à autonomia financeira estrita, podendo produzir efeitos adicionais relacionados ao fortalecimento da autoconfiança, da capacidade de tomada de decisão e da identificação de alternativas concretas de subsistência. Esses efeitos aparecem associados à redução da tolerância a situações de violência e ao aumento das condições para a saída de relações abusivas, especialmente quando o empreendedorismo é acompanhado por ações de conscientização de gênero, apoio psicossocial estruturado e inserção em redes de suporte institucional e comunitário (Ciruela-Lorenzo et al., 2020; Khatib et al., 2024; Stark et al., 2025). A literatura indica que a articulação entre geração de renda, ampliação do poder de decisão e acesso a redes de apoio contribui para que as mulheres mobilizem recursos econômicos e institucionais capazes de interromper dinâmicas de violência, reforçando a necessidade de políticas públicas que vão além do empoderamento econômico.

De modo geral, os estudos analisados sugerem que a contradição entre resultados positivos e adversos não decorre do empreendedorismo em si, mas das condições sob as quais ele é promovido. Estudos que identificam aumento ou manutenção da violência tendem a envolver intervenções de curta duração, focadas exclusivamente no desempenho econômico e sem enfrentamento das normas de gênero ou da dinâmica relacional doméstica, como observado por Bulte e Lensink (2019) e Green et al. (2015). Em contraste, estudos que apontam redução da violência enfatizam programas mais longos, integrados e sensíveis às relações de poder, como em Huis et al. (2019) e Ciruela-Lorenzo et al. (2020).

Para o contexto brasileiro, esses achados indicam que o empreendedorismo realizado por mulheres pode atuar como instrumento de autonomia financeira e suporte à saída de relações violentas, desde que articulado a políticas públicas que enfrentem a violência patrimonial, promovam a conscientização de gênero e ofereçam suporte institucional contínuo. Essa articulação é coerente com as diretrizes da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que prevê a atuação integrada de serviços de apoio jurídico, psicossocial e de proteção às mulheres em situação de violência. A ausência dessa articulação pode limitar seus efeitos ou deslocar a violência para formas menos explícitas, reforçando a necessidade de abordagens integradas.

## Produção científica na América Latina

Conforme indicado pelos resultados da análise bibliométrica, é observável uma escassez de estudos que abordem de forma integrada o empreendedorismo de mulheres e a violência contra a mulher no contexto latino-americano. A produção identificada está concentrada em um número reduzido de trabalhos, sendo quatro artigos com afiliação institucional no Peru e três no Brasil. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade para a etapa qualitativa, apenas dois estudos mostraram aderência direta à temática proposta, sendo um brasileiro e um peruano. Esse resultado reforça a limitação da literatura regional e evidencia a necessidade de investigações mais aprofundadas e contextualizadas.

O estudo de Ponce-Gómez et al. (2022), conduzido no Peru, que avança ao incorporar explicitamente a violência por parceiro íntimo como variável relevante para a análise do desempenho de mulheres empreendedoras em micro e pequenas empresas

exportadoras. Ancorado na Visão Baseada em Recursos, o estudo demonstra que a violência não afeta diretamente os resultados das relações comerciais, mas compromete de forma significativa as capacidades operacionais, informacionais e relacionais das empreendedoras, atuando de maneira indireta sobre o desempenho empresarial. Os achados demonstram, ainda, elevada prevalência de violência por parceiro íntimo entre as participantes, com predominância da violência psicológica, além de indicarem que o próprio processo de inserção e fortalecimento econômico pode, em determinados contextos, desencadear reações adversas por parte dos parceiros, conforme sugerido pela hipótese do male backlash. Ao demonstrar empiricamente que a violência doméstica constitui uma barreira invisível à atuação das mulheres empreendedoras, o estudo reforça a necessidade de integrar políticas de promoção do empreendedorismo com estratégias de enfrentamento à violência de gênero, ampliando a compreensão sobre os limites e possibilidades da autonomia econômica das mulheres.

A base Spell foi incluída nesta revisão sistemática como estratégia para mapear a produção científica nacional em periódicos da área de Gestão e campos correlatos, uma vez que se trata de uma base amplamente utilizada em revisões no contexto brasileiro por sua curadoria temática e foco em periódicos avaliados. Porém, a aplicação dos mesmos descritores e combinações de busca utilizados nas bases internacionais resultou na identificação de apenas um artigo nacional elegível. Esse resultado não indica ausência de pesquisas brasileiras sobre gênero, violência ou empreendedorismo de forma isolada, mas evidencia que são escassos os estudos nacionais publicados na área de gestão que abordam o empreendedorismo feminino com ênfase explícita na autonomia econômica das mulheres no contexto da violência de gênero. Tal achado reforça a lacuna empírica e teórica no campo e justifica a relevância da presente agenda de pesquisa.

O artigo de Fabrício e Vizeu (2024) foi o único identificado na base Spell que atendeu aos critérios de seleção, sendo que ele também apareceu na etapa de bibliometria descrita na seção anterior. Os autores propõem uma análise crítica do empreendedorismo feminino a partir de três abordagens filosóficas sobre gênero e poder, contribuindo para a compreensão do empreendedorismo não apenas como prática econômica, mas como fenômeno social atravessado por relações estruturais de dominação. Embora não trate diretamente da violência contra a mulher nem do

empreendedorismo como estratégia de saída de situações de violência, o estudo oferece uma contribuição conceitual relevante ao demonstrar como os discursos tradicionais do empreendedorismo tendem a invisibilizar desigualdades de gênero, naturalizar responsabilidades individuais e desconsiderar contextos de opressão. Ao problematizar a noção de empoderamento associada exclusivamente ao desempenho econômico, o artigo fornece bases teóricas importantes para pesquisas que buscam compreender o empreendedorismo feminino como processo situado, condicionado por relações de poder, normas de gênero e estruturas sociais, elementos centrais para análises que articulam autonomia econômica e enfrentamento da violência.

### **Empoderamento, Autonomia Financeira e Interseccionalidade**

Entre os estudos analisados, o empoderamento emerge como uma categoria marcada por usos conceituais diversos e, por vezes, tensionados. Parte da literatura associa o empoderamento à ampliação de capacidades individuais e relacionais das mulheres, como autoestima, poder de decisão e participação social, frequentemente construídas em espaços coletivos de diálogo, circulação de informação e reconhecimento de direitos (Gerlich; Abdullah, 2025). Nessa perspectiva, o empreendedorismo aparece articulado a trajetórias de resistência, identidade e enfrentamento da violência em contextos atravessados por desigualdades estruturais (Mwale, 2023; Duquesnoy, 2019). Outros estudos adotam uma abordagem mais operacional, tratando o empoderamento como um conjunto de dimensões observáveis vinculadas à inserção produtiva, à tomada de decisões no âmbito doméstico e ao acesso a recursos econômicos, frequentemente associado a efeitos positivos em indicadores de saúde, bem-estar familiar e desenvolvimento humano, ainda que de forma parcial ou limitada (Amoah et al., 2023; Balasubramanian et al., 2024).

Em contraste, pesquisas com enfoque nas relações indicam que tais ganhos não se traduzem automaticamente em maior poder nas relações de gênero, podendo ser restringidos ou mesmo anulados por práticas de controle, coerção e violência por parte dos parceiros, especialmente no que se refere ao domínio sobre recursos financeiros e decisões de maior valor (Huis et al., 2019; Huis et al., 2020; Bulte; Lensink, 2019). Nessa linha, o empoderamento é compreendido como um processo relacional, por depender das dinâmicas conjugais; situado, por variar conforme normas de gênero e contextos

socioculturais; e contingente, por produzir efeitos distintos ou até adversos, a depender dos arranjos institucionais e das relações de poder nas quais as mulheres estão inseridas. Essa heterogeneidade sustenta o uso cauteloso do conceito e a crescente preferência, na literatura, por noções como autonomia financeira, autonomia econômica ou capacidade de ação, que permitem maior precisão analítica ao tratar da relação entre empreendedorismo e enfrentamento da violência contra a mulher.

Também é possível observar um avanço das análises que incorporam a interseccionalidade como ferramenta analítica para compreender a sobreposição de desigualdades que moldam tanto as experiências de empreendedorismo feminino quanto às trajetórias de violência contra a mulher. Os estudos indicam que o gênero opera de forma articulada a marcadores como raça, etnia, classe social, escolaridade, status migratório e contextos políticos, produzindo vulnerabilidades específicas e trajetórias heterogêneas. Nessa perspectiva, a interseccionalidade permite evidenciar como estruturas patriarcais, econômicas e institucionais condicionam o acesso à informação, ao reconhecimento social e às oportunidades empreendedoras (Ibrahim et al., 2025). Ademais, pesquisas no campo do empreendedorismo feminino destacam a presença de injustiças epistêmicas (como processos de deslegitimação, silenciamento ou desvalorização dos saberes e experiências das mulheres) que limitam sua agência e autonomia financeira (Omran; Yousafzai, 2023).

Esses achados ganham especial densidade no contexto brasileiro, em que a interseccionalidade não se reduz à sobreposição abstrata de marcadores sociais, mas se expressa de forma mais acentuada nas experiências de mulheres negras, cuja inserção produtiva e autonomia econômica são sistematicamente atravessadas por múltiplas formas de violência institucional, econômica e simbólica. Trata-se de uma dimensão ainda pouco explorada pela literatura internacional analisada nesta revisão, mas muito importante para compreender os efeitos desiguais das iniciativas de autonomia econômica no enfrentamento da violência e para subsidiar a formulação de políticas públicas mais sensíveis às desigualdades estruturais (Akotirene, 2019).

## **Agenda de pesquisa e proposta de políticas públicas**

A análise da literatura mostrou que, embora o empreendedorismo feminino seja frequentemente associado à autonomia econômica, sua relação com a redução da

violência contra a mulher permanece pouco explorada de forma integrada e teoricamente articulada. Os estudos diretamente relacionados ao tema apontam resultados heterogêneos e, por vezes, contraditórios, revelando lacunas quanto aos mecanismos causais, aos diferentes tipos de violência envolvidos e às condições sob as quais o empreendedorismo pode atuar como suporte para a saída de contextos de violência, quando ele não contribui positivamente ou até impacta negativamente. Outra lacuna identificada foi a escassez de estudos no Brasil e em outros países da América Latina na literatura indexada, que considerem as especificidades institucionais da região, como legislações, políticas públicas e condições socioeconômicas, que moldam de forma particular as experiências das mulheres e as possibilidades de o empreendedorismo contribuir, ou não, para o enfrentamento da violência doméstica.

Diante disso, a Figura 2 apresenta uma agenda de pesquisa futura orientada a aprofundar essas lacunas, enfatizando a necessidade de abordagens multidimensionais que considerem fatores econômicos, relacionais, normativos e institucionais, especialmente em contextos como o brasileiro, marcado por desigualdades estruturais e elevada incidência de violência de gênero.

*Tabela 12 Agenda de pesquisa futura sobre empreendedorismo feminino e violência contra a mulher*

<b>Eixo de pesquisa</b>	<b>Lacuna identificada na literatura</b>	<b>Estudos fundamentais que lacuna</b>
Tipos de violência	Predomínio da análise da violência física e psicológica, com atenção limitada à violência patrimonial e ao controle econômico.	Bulte, Lensink (2019); Green et al., (2015)
Mecanismos causais	Resultados contraditórios sobre redução ou aumento da violência.	Bulte, Lensink (2019); Green et al., (2015); Huis et al., (2019)
Conteúdo das intervenções	Intervenções econômicas frequentemente dissociadas de mudanças nas crenças e expectativas sobre papéis de gênero.	Huis et al., (2019); Stark et al., (2025)
Duração e intensidade	Pouca atenção ao tempo necessário para mudanças nas dinâmicas de poder e interação no âmbito doméstico.	Green et al., (2015); Huis et al., (2019)
Redes de apoio	Ausência de análises que expliquem como as redes de apoio influenciam os efeitos do empreendedorismo sobre a violência.	Ciruela-Lorenzo et al., (2020); Khatib et al., (2024)
Contexto institucional	Pouca articulação com legislações e serviços de proteção.	Stark et al., (2025); Ciruela-Lorenzo et al., (2020)
Evidências no Brasil e outros países da América Latina	Escassez de estudos empíricos no Brasil e na América Latina que considerem as especificidades institucionais, como leis,	Resultados da pesquisa

Eixo de pesquisa	Lacuna identificada na literatura	Estudos fundamentam lacuna	que a
	políticas públicas e a realidade das mulheres nesses países.		

Fonte: Elaborado pelos autores.

A literatura analisada também revela lacunas metodológicas relevantes que orientam pesquisas futuras. Um ponto central é a mensuração da violência, uma vez que evidências indicam que métodos diretos podem subestimar sua incidência. Bulte e Lensink (2019) demonstram que a adoção de técnicas indiretas, como o *list experiment*, altera substantivamente os resultados empíricos, sugerindo a necessidade de maior rigor e diversidade de métodos na captação da violência doméstica. Além disso, foi possível observar o predomínio de estudos quantitativos experimentais, especialmente ensaios controlados aleatorizados, nos trabalhos que analisam intervenções econômicas, contrastando com estudos qualitativos que exploram os impactos da violência sobre trajetórias empreendedoras, mas sem avaliar o empreendedorismo como estratégia de enfrentamento. A escassa integração entre abordagens quantitativas e qualitativas limita a compreensão dos mecanismos relacionais e subjetivos envolvidos, indicando a necessidade de estudos futuros que combinem estratégias de identificação causal com análises qualitativas aprofundadas, capazes de captar dinâmicas de poder intradomiciliares, processos de negociação e formas de controle econômico.

Além de orientar pesquisas futuras, os achados desta revisão oferecem subsídios para a formulação de políticas públicas voltadas à promoção da autonomia financeira das mulheres em contextos de violência. A literatura analisada indica que iniciativas centradas exclusivamente no aumento da renda tendem a ser insuficientes e, em alguns casos, podem gerar efeitos adversos quando desconsideram normas de gênero, dinâmicas relacionais e a ausência de redes de proteção.

No contexto brasileiro, é possível observar a existência de muitas iniciativas públicas voltadas ao fomento do empreendedorismo feminino, como sintetizado no relatório de Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino, do Ministério do empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP), que divulga também a estratégia Elas Empreendem, instituída em 2024. Essa estratégia está estruturada em eixos como acesso ao crédito, tecnologia, mercado e educação

empreendedora, com o objetivo de ampliar a renda, a produtividade e a sustentabilidade dos negócios liderados por mulheres (Ministério do empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, 2024). O relatório mostra que, no país, já existe um conjunto amplo de ações: foram mapeadas mais de 180 iniciativas, majoritariamente voltadas à capacitação técnica e comportamental, criação de redes de apoio e ampliação do acesso a recursos financeiros. Além disso, tais iniciativas frequentemente se direcionam a públicos específicos, como mulheres de baixa renda, negras, mães e outros grupos em situação de vulnerabilidade.

Apesar desse avanço, é possível perceber que tais políticas tratam predominantemente do empreendedorismo por mulheres de forma geral, sem estabelecer intersecções explícitas com a realidade de mulheres em contexto de violência, ainda que essa seja a realidade de muitas mulheres no país. Iniciativas que articulam essas duas dimensões são ainda raras. Um exemplo é o Programa Ela Pode, desenvolvido pelo Instituto Rede Mulher Empreendedora, que oferece cursos gratuitos, mentorias e suporte ao desenvolvimento de habilidades profissionais, sociais e emocionais de mulheres, com foco no combate e prevenção da violência doméstica (Conselho Nacional de Justiça, 2024). A iniciativa foi reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Prêmio Viviane do Amaral, voltado à valorização de ações de enfrentamento à violência doméstica.

Iniciativas que combinam a capacitação econômica com dimensões subjetivas e sociais do empoderamento feminino ainda são pontuais e carecem de maior sistematização, avaliação e disseminação. Nesse sentido, o fortalecimento e a ampliação de experiências dessa natureza, aliados à produção de evidências sobre seus resultados, podem contribuir para o aprimoramento de políticas públicas, especialmente no que se refere à identificação de modelos mais eficazes de integração entre geração de renda, apoio psicossocial e enfrentamento da violência contra a mulher.

Assim, a Figura 3 sistematiza propostas de políticas públicas que articulam o empreendedorismo feminino, enfrentamento da violência e fortalecimento institucional, considerando o contexto brasileiro e o reconhecimento da violência como fenômeno estrutural, conforme a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006).

Tabela 13 - Propostas de políticas públicas integradas

Eixo de política pública	Proposta	Justificativa baseada na literatura	Embasamento
Empreendedorismo com enfoque de gênero	Integrar conteúdos de conscientização de gênero em programas de empreendedorismo feminino	Evidências indicam que mudanças em crenças de gênero, e não apenas aumento de renda, estão associadas à redução da violência relacional. O aumento da renda feminina pode intensificar o controle e a violência quando normas patriarcais permanecem inalteradas.	Huis et al., (2019)
Prevenção de efeitos adversos	Avaliar riscos de malefícios em programas de geração de renda	A autonomia econômica isolada não garante segurança quando não existem mecanismos institucionais de proteção. A saúde mental e a percepção de agência influenciam a capacidade de sustentar trajetórias autônomas.	Bulte, Lensink (2019); Green et al., (2015)
Articulação com a rede de proteção	Integrar programas econômicos aos serviços de enfrentamento à violência doméstica	Redes comunitárias reduzem isolamento, fortalecem a autonomia e diminuem a tolerância à violência.	Stark et al., (2025); Khatib et al., (2024)
Apoio psicossocial	Incorporar acompanhamento psicossocial a iniciativas de fomento econômico	A maioria dos programas não mede efeitos sobre violência, limitando ajustes e correções.	Khatib et al., (2024); Stark et al., (2025)
Fortalecimento de redes	Apoiar associações e iniciativas coletivas de mulheres empreendedoras	A escassez de estudos nacionais limita a formulação de políticas sensíveis ao contexto.	Ciruela-Lorenzo et al., (2020)
Monitoramento de impactos	Incluir indicadores de violência nas avaliações de programas de empreendedorismo		Bulte, Lensink (2019); Green et al., (2015)
Produção de evidências nacionais	Incentivar pesquisas e avaliações no contexto brasileiro		Resultados da Pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores.

As propostas de políticas públicas nesta seção derivam majoritariamente de resultados de estudos internacionais, o que é uma limitação desta pesquisa, baseada em uma revisão sistemática da literatura. Embora esses trabalhos ofereçam contribuições

relevantes para a compreensão das relações entre empreendedorismo feminino, autonomia econômica e enfrentamento da violência, sua aplicação ao contexto brasileiro demandam maior compreensão dos desafios locais. Nesse sentido, os resultados reforçam a necessidade de ampliar a produção empírica nacional sobre o tema, especialmente por meio de estudos que avaliem a efetividade de programas já existentes no país e considerem as especificidades regionais, institucionais e socioculturais que moldam as trajetórias de mulheres em situação de violência. O avanço dessa agenda é fundamental para subsidiar políticas públicas mais contextualizadas e sensíveis às múltiplas dimensões da desigualdade de gênero no Brasil.

## Conclusões

Este estudo objetivou propor uma agenda de pesquisa futura para ampliar a discussão sobre os impactos do empreendedorismo feminino na redução da violência contra a mulher, contribuindo para o desenvolvimento de propostas de políticas públicas voltadas à promoção da autonomia financeira das mulheres. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, combinando uma análise bibliométrica da produção científica internacional e nacional com uma discussão dos artigos mais diretamente relacionados à temática.

Os resultados da análise bibliométrica indicam que a produção científica sobre empreendedorismo feminino e violência contra a mulher está em expansão, embora ainda seja numericamente reduzida e pouco consolidada, especialmente no contexto brasileiro. Esse achado sugere que, apesar da relevância social do tema no Brasil, ele permanece subexplorado na literatura.

Na discussão dos artigos, foi percebido que os estudos diretamente alinhados ao objetivo deste artigo convergem ao apontar que o empreendedorismo pode contribuir para a ampliação da autonomia financeira das mulheres, mas seus efeitos sobre a redução da violência não são automáticos nem homogêneos, reconhecendo também que o empreendedorismo não é uma via única de emancipação da mulher, que muitas vezes encontra no mercado de trabalho formal e em ações coletivas, a única estratégia viável, cabendo ao Estado, a proteção em diversas frentes, conforme previsto por Sardenberg (2008).

Os achados mostram que intervenções focadas exclusivamente na geração de renda tendem a produzir resultados limitados e, em alguns contextos, podem desencadear efeitos adversos, como o reforço de comportamentos controladores e o aumento da violência contra as mulheres. Em contraste, estudos que incorporam mudanças na compreensão dos papéis de gênero entre as próprias empreendedoras, redes de apoio, suporte psicológico e intervenções de maior duração apresentam resultados mais consistentes na redução de diferentes formas de violência, indicando que a violência deve ser compreendida como um fenômeno relacional e estrutural, não apenas econômico.

Nesse contexto, a atividade empreendedora feminina pode e deve ser protegida pela legislação, de modo a reduzir o risco de reações negativas de parceiros ou familiares diante do aumento da autonomia das mulheres, fenômeno frequentemente descrito na literatura como *backlash*. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) oferece um marco importante nesse sentido, ao prever medidas de proteção, apoio psicossocial e assistência jurídica às mulheres em situação de violência, elementos que podem contribuir para que o empreendedorismo se desenvolva em condições mais seguras e sustentáveis.

Além disso, os trabalhos que analisam a violência a partir da perspectiva inversa, isto é, como fator que limita a trajetória empreendedora feminina, reforçam que a violência compromete dimensões centrais da atividade econômica, como saúde mental, confiança, poder de decisão e acesso a redes, o que limita a efetividade de políticas de promoção do empreendedorismo quando estas não são articuladas a estratégias de enfrentamento da violência de gênero.

Como principal contribuição, este estudo organiza e sistematiza um campo ainda fragmentado, evidenciando lacunas teóricas, empíricas e metodológicas e propondo uma agenda de pesquisa que integra empreendedorismo por mulheres, autonomia financeira e enfrentamento da violência contra a mulher. Ao fazê-lo, contribui para deslocar a análise de abordagens simplificadas do empoderamento econômico para uma compreensão mais relacional e contextualizada do fenômeno, com contribuições para o desenho de políticas públicas.

Dentre as limitações está que a revisão se baseia majoritariamente em estudos internacionais, o que impõe cautela na generalização dos achados para o contexto

brasileiro. Ademais, como toda revisão sistemática, os resultados dependem dos descritores, bases de dados e critérios de seleção adotados, podendo não capturar iniciativas e evidências empíricas relevantes que não estejam publicadas em periódicos indexados.

Diante disso, é reiterada a necessidade de pesquisas futuras que investiguem empiricamente o contexto brasileiro, em especial a efetividade de programas já existentes de promoção da autonomia econômica de mulheres em situação de violência, bem como as especificidades regionais e institucionais que moldam essa relação. Estudos longitudinais, abordagens mistas e análises que integrem dimensões econômicas, normativas e relacionais mostram-se particularmente promissoras para o avanço do campo.

## Notas

- <sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001.
- <sup>2</sup> Doutoranda e mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Especialista em Psicologia Organizacional. Graduada em Administração pela Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia (FAGEN/UFU).
- <sup>3</sup> Pós-doutorando, Doutor e Mestre em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), graduado em Administração pela Faculdade de Gestão e Negócios Universidade Federal de Uberlândia (FAGEN/UFU).
- <sup>4</sup> Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), especialista em Administração pela Universidade de São Paulo (USP) e graduada em Engenharia de Alimentos pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professora associada na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), vinculada à Faculdade de Gestão e Negócios (UFU), atuando nos Programa de Pós-graduação em Administração (PPGAdm/UFU) e Programa de Pós-graduação em Gestão Organizacional (PPGGO/UFU).

## Referências

AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.

AMOA, A.; ISSAKA, J.; AYEBENG, C.; OKYERE, J. Influence of women empowerment on childhood (12-23 months) immunization coverage: recent evidence from 17 sub-Saharan African countries. *Tropical Medicine and Health*, Londres, Reino Unido, v. 51, n. 1, 2023. BMC. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s41182-023-00556-2>. Acesso em: 28 jan. 2026.

BALASUBRAMANIAN, P.; IBANEZ, M.; KHAN, S.; SAHOO, S. Does women's economic empowerment promote human development in low- and middle-income countries? A meta-analysis. *World Development*, Oxford, Reino Unido, v. 178, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2024.106588>. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 28 jan. 2026.

BULTE, E. H.; LENSINK, R. Women's empowerment and domestic abuse: experimental evidence from Vietnam. *European Economic Review*, Amsterdã, Países Baixos, v. 115, p. 172–191, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.euroecorev.2019.03.003>. Acesso em: 28 jan. 2026.

CIRUELA-LORENZO, A. M.; GONZÁLEZ-SÁNCHEZ, A.; PLAZA-ANGULO, J. J. An exploratory study on social entrepreneurship, empowerment and peace process: the case of Colombian women victims of the armed conflict. *Sustainability*, Basel, Suíça, v. 12, n. 24, p. 1–26. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su122410425>. Acesso em: 28 jan. 2026.

CUI, R. R.; LEE, R.; THIRUMURTHY, H.; MUESSIG, K. E.; TUCKER, J. D. Microenterprise development interventions for sexual risk reduction: a systematic review. *AIDS and Behavior*, [s.l.], v. 17, n. 9, p. 2864–2877, 2013. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10461-013-0582-1>. Acesso em: 28 jan. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Projeto aposta na capacitação de mulheres no combate à violência doméstica. Brasília, DF: CNJ, 30 dez. 2024. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/projeto-aposta-na-capacitacao-de-mulheres-no-combate-a-violencia-domestica/>. Acesso em: 27 mar. 2026.

DERERA, E.; CROCE, F.; PHIRI, M.; O'NEILL, C. Entrepreneurship and women's economic empowerment in Zimbabwe: research themes and future research perspectives. *Journal for Transdisciplinary Research in Southern Africa*, Cidade do Cabo, África do Sul, v. 16, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4102/td.v16i1.787>. Disponível em: <https://doi.org/10.4102/td.v16i1.787>. Acesso em: 21 jan. 2026.

DUQUESNOY, M. Subordinated Mapuche willliche women of the Chilean northpatagonia? From gender violence to political-cultural empowerment;. *Disparidades Revista de Antropologia*, Madri, Espanha, v. 74, n. 1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3989/dra.2019.01.010>. Acesso em: 28 jan. 2026.

EGGERS DEL CAMPO, I.; STEINERT, J. I. The effect of female economic empowerment interventions on the risk of intimate partner violence: a systematic review and meta-analysis. *Trauma, Violence & Abuse*, Los Angeles, Estados Unid, v. 23, n. 3, p. 810–826, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1524838020976088>. Acesso em: 28 jan. 2026.

ESTADOS UNIDOS. [Violence Against Women Act (1994)]. *Violence Against Women Act of 1994*. Public Law 103-322, Title IV, 108 Stat. 1902. Reauthorized in 2005, 2013, 2022. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/STATUTE-108/pdf/STATUTE-108-Pg1796.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2026.

FABRÍCIO, J. D. S.; VIZEU, F. Por uma ressignificação do empreendedorismo feminino a partir de três visões filosóficas sobre o gênero e poder. *Entrepreneurship and Small Business Journal*, Gold Coast, Austrália, v. 13, n. 3, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.14211/regepe.esbj.e2564>. Acesso em: 28 jan. 2026.

GAWEŁ, A.; TOIKKO, T. The quality of institutions in shaping women's entrepreneurship: a perspective of European Union member states. *Entrepreneurial Business and Economics Review*, Tallinn, Estônia, v. 12, n. 2, p. 113–127, 2024. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10461-013-0582-1>. Acesso em: 28 jan. 2026.

GERLICH, V.; ABDULLAH, M. Empowerment on air: challenging gender norms through participatory radio in Northern Uganda. *Gender and Research*, Kampala, Uganda, v. 26, n. 1, p. 35–58, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.13060/gav.2025.006>. Acesso em: 28 jan. 2026.

GINTING-CARLSTROM, C. E.; CHLIOVA, M. A discourse of virtue: how poor women entrepreneurs justify their activities in the context of moderate Islam. *Entrepreneurship and Regional Development*, Abingdon, Reino Unido, v. 35, n. 1–2, p. 78–102, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08985626.2022.2072002>. Acesso em: 28 jan. 2026.

GREEN, E. P.; BLATTMAN, C.; JAMISON, J. C.; ANNAN, J. R. Women's entrepreneurship and intimate partner violence: a cluster randomized trial of microenterprise assistance and partner participation in post-conflict Uganda. *Social Science and Medicine*, Amsterdã, Países Baixos, v. 133, p. 177–188, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2015.03.042>. Acesso em: 28 jan. 2026.

HUIS, M. A.; HANSEN, N.; LENSINK, R.; OTTEN, S. A relational perspective on women's empowerment: intimate partner violence and empowerment among women entrepreneurs in Vietnam. *British Journal of Social Psychology*, Oxford, Reino Unido, v. 59, n. 2, p. 365–386, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/bjso.12348>. Acesso em: 28 jan. 2026.

HUIS, M.; LENSINK, R.; VU, N.; HANSEN, N. Impacts of the Gender and Entrepreneurship Together Ahead (GET Ahead) training on empowerment of female microfinance borrowers in Northern Vietnam. *World Development*, Oxford, Reino Unido, v. 120, SI, p. 46–61, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2019.04.001>. Acesso em: 28 jan. 2026.

HUNNICUTT, G. Varieties of Patriarchy and Violence Against Women: Resurrecting “Patriarchy” as a Theoretical Tool. *Theoretical Criminology*, [s. l.], v. 13, n. 4, p. 453–473, 2009

IBRAHIM, S.; MARCELLA, R.; MACLENNAN, A. Investigating intersectionality and its influence on information behaviours of women and immigrant digital entrepreneurs in Nigeria: overcoming social inequalities through information strategies. *Journal of Librarianship and Information Science*, Los Angeles, Estados Unidos, publicação online antecipada, 2025. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/09610006251329031>. Acesso em: 28 jan. 2026.

ISRAELIAN, E. V. The situation of women in the economy: World Bank estimates and statistics. *Woman in Russian Society*, Moscou, Rússia, n. 4, p. 167–176, 2024.

Disponível em: <https://doi.org/10.21064/WinRS.2024.4.11>. Acesso em: 28 jan. 2026.

JOACHIM, J. Framing issues and seizing opportunities: the UN, NGOs, and women's rights. *International Studies Quarterly*, Hoboken, Estados Unido, v. 47, n. 2, p. 247–274, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-2478.4702005>. Acesso em: 28 jan. 2026.

KHAN, M. S. Women's markets: the everyday affective dimensions of Taliban's violence in Swat, Pakistan. *Geoforum*, Amsterdã, Países Baixos, v. 138, 2023. Disponível em:

<https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2022.103674>. Acesso em: 28 jan. 2026.

KHATIB, M.; PURWAR, T.; SHAH, R.; VIZCAINO, M.; CASTILLO, L. Empowerment and integration of refugee women: a transdisciplinary approach. *Humanities & Social Sciences Communications*, Londres, Reino Unido, v. 11, n. 1, 2024. Disponível em:

<https://www.nature.com/articles/s41599-024-03723-w>. Acesso em: 28 jan. 2026.

MAMANI-BENITO, O.; UYUQUIPA, M. I.; ESTEBAN, R. C.; MORALES-GARCIA, W.; MAMANI, P. R. Emotional dependence and self-esteem as predictors of psychological violence in women entrepreneurs. *Revista de Psicologia PUCP*, [s.l.], v. 41, n. 2, p. 763–786, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18800/psico.202302.006>. Acesso em: 28 jan. 2026.

MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE (MEMP). Relatório anual de atividades: Estratégia Elas Empreendem. Brasília, 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/elas-empreendem/relatorio-anual-de-atividades/relatorio\\_anual\\_de\\_atividades-elas\\_empreendem.pdf](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/elas-empreendem/relatorio-anual-de-atividades/relatorio_anual_de_atividades-elas_empreendem.pdf). Acesso em: 27 mar. 2026.

MWALE, N. Earth, gender and food security: Maria Zaloumis' journey of feminising Agric-business in Zambia. *HTS Teologiese Studies-Theological Studies*, Lima, Peru, v. 79, n. 3, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4102/hts.v79i3.8260>. Acesso em: 28 jan. 2026.

NAÇÕES UNIDAS. Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW). Recomendação geral n° 35 sobre a violência de gênero contra as mulheres, que atualiza a recomendação geral n° 19. Genebra: ONU, 2017. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/treaty-bodies/cedaw/general-recommendations>. Acesso em: 27 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção n° 190: sobre a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho. Genebra: OIT, 2019. Disponível em:

[https://normlex.ilo.org/dyn/nrmlx\\_en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100\\_ILO\\_CODE:C190](https://normlex.ilo.org/dyn/nrmlx_en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C190). Acesso em: 27 mar. 2026.

OLIVEIRA, R. T. S.; VELOSO, Y. I. F.; FREITAS, V.; DE PAULA, V. A. F. Women entrepreneurs in the informal economy: challenges and motivations for entering the informal market. *Gender, Work & Organization*, Oxford, Reino Unido, p. 1–12, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/gwao.70070>. Acesso em: 28 jan. 2026.

OMRAN, W.; YOUSAFZAI, S. Epistemic injustice and epistemic resistance: an intersectional study of women's entrepreneurship under occupation and patriarchy. *Entrepreneurship Theory and Practice*, Los Angeles, Estados Unidos, v. 48, n. 4, p. 981–1008, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/10422587231208621>. Acesso em: 28 jan. 2026.

ONU BRASIL. ODS 5 – Igualdade de gênero. s.d. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: 21 jan. 2026.

PAUL, J.; LIM, W. M.; O'CASS, A.; HAO, A. W.; BRESCIANI, S. Scientific procedures and rationales for systematic literature reviews. *International Journal of Consumer Studies*, Oxford, Reino Unido, v. 45, n. 4, p. 1–16, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ijcs.12695>. Acesso em: 28 jan. 2026.

PASINATO, W. Oito anos de Lei Maria da Penha: entre avanços, obstáculos e desafios. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 533–545, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p533>. Acesso em: 29 mar. 2026.

PERU. Ley n° 30.364: Ley para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres y los integrantes del grupo familiar. Lima: Congreso de la República, 2015. Disponível em: <https://busquedas.elperuano.pe/normaslegales/ley-para-prevenir-sancionar-y-erradicar-la-violencia-contra-ley-n-30364-1314999-1/>. Acesso em: 27 mar. 2026.

PONCE-GOMEZ, J. E.; VARA-HORNA, A.; VALENCIANO-MANE, A.; DORNBERGER, U. Effects of intimate partner violence against women in international micro and small enterprises relationships: the mediator role of capabilities. *Frontiers in Psychology*, Lausanne, Suíça, v. 13, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.950807>. Acesso em: 28 jan. 2026.

RATTEN, V. Entrepreneurship: definitions, opportunities, challenges, and future directions. *Global Business and Organizational Excellence*, Hoboken, Estados Unidos, v. 42, n. 5, p. 79–90, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/joe.22217>. Acesso em: 28 jan. 2026.

RIPSAS, S. Towards an interdisciplinary theory of entrepreneurship. *Small Business Economics*, Dordrecht, Países Baixos, v. 10, n. 2, p. 103–115, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1023/A:1007975330428>. Acesso em: 28 jan. 2026.

SANTOS, O. G.; FILHO, F. P.; MONT'ALVERNE, L. C. L. de; TAVARES, K. P.; OLIVEIRA, A. C. Empreendedorismo como estratégia transformadora para mulheres em situação de violência doméstica e familiar. *Lumen et Virtus*, São Luís, Brasil, v. 15, n. 39, p. 1807–

1822, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/levv15n39-018>. Acesso em: 28 jan. 2026.

SARDENBERG, C. M. B. Liberal vs. Liberating Empowerment: A Latin American Feminist Perspective on Women's Empowerment. *IDS Bulletin*, [s. l.], v. 39, n. 6, p. 18-27, 2008.

SHAVA, H.; CHINYAMURINDI, W. Barriers of growth within an informal sector business: narratives of women subsistence entrepreneurs in South Africa. *African Journal of Economic and Management Studies*, Bingley, Reino Unido, v. 13, n. 3, p. 328-343, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/AJEMS-08-2021-0354>. Acesso em: 21 jan. 2026.

STARK, L.; SEFF, I.; MONAR, A.; CASTELLAR, D.; MAHI, N.; ROA, A. H. Measuring self-reliance and wellbeing among forcibly displaced women enrolled in a gender-focused economic empowerment program: a protocol for a pilot randomized controlled trial in Colombia. *PLOS ONE*, San Francisco, Estados Unidos, v. 20, n. 1, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0318224>. Acesso em: 28 jan. 2026.

STRINGHI, E. Addressing gendered affordances of the platform economy: the case of UpWork. *Internet Policy Review*, Berlim, Alemanha, v. 11, n. 1 Special Issue, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14763/2022.1.1634>. Acesso em: 28 jan. 2026.

VALENCIA, J.; GALLEGOS, A. L.; RAMÓN RUFFNER, J. G.; MARTÍNEZ-ROJAS, E.; VALENCIA-ARIAS, A.; BENJUMEA-ARIAS, M. L.; ORE LEÓN, G.; PALACIOS-MOYA, L. Women's studies in the Latin American context: a bibliometric approach. *Research*, Londres, Reino Unido, v. 14, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12688/f1000research.159117.3>. Acesso em: 28 jan. 2026.